

Luena. O avião que transporta os embaixadores da tróica e o representante do secretário-geral das Nações Unidas começa a virar para se fazer à pista. Lá em baixo, descortina-se o traçado rectilíneo da antiga e pequena vila Lusa, esbatido na paisagem, como que engolido pela natureza que veio reclamar o seu lugar.

Algumas horas depois, e após um encontro com a delegação do Governo, estamos reunidos com a delegação da UNITA. À nossa frente, quatro homens fisicamente debilitados, marcados pela adversidade, pelos acontecimentos dolorosos dos últimos dias – mas determinados a assumir as suas plenas responsabilidades de negociar uma paz digna, que ponha termo a 25 longos anos de guerra e indizível sofrimento. Não rejeitam o passado, reclamam-se do chefe que os guiou durante todo o seu percurso político e bélico, cuja perca lamentam, mas consideram, evocando para isso orientações do movimento a que são leais, que chegou a altura de dialogar, de passar da luta armada para a luta no plano exclusivamente político.

As NU e a tróica têm uma tarefa primordial a desempenhar nesta ocasião: a de dissipar, de uma vez por todas, as reservas manifestadas por certos meios da comunidade internacional e da informação e até por elementos próximos da UNITA, quanto às condições em que a UNITA está a negociar no Luena. A rápida compreensão desse desiderato por parte dos nossos interlocutores e a forma categórica e convincente com que desfazem as especulações de «certa imprensa», que os fere na sua dignidade, corroborada pelos procedimentos negociais a que fomos assistindo até à rubrica do memorando, permitem-nos sair dali com a possibilidade de certificar que as negociações decorreram, para os dois lados, sem mais constrangimentos do que aqueles derivados das circunstâncias objectivas, exógenas e endógenas, que sempre condicionam quaisquer negociações. A vinda ao Luena e o subsequente regresso às respectivas regiões, obviamente de livre vontade, de todos os comandantes militares da UNITA, constituem desde logo prova iniludível de que a Direcção da UNITA, corporizada na Comissão de Gestão, avaliara as circunstâncias com realismo e tomara de livre vontade uma opção clara pela negociação da paz.

Altos dirigentes da UNITA comentaram-me aliás, mais tarde, que um dos segredos da rapidez com que tinha sido possível obter o acordo, e da sua solidez, decorria justamente de as negociações terem decorrido à porta fechada, longe de pressões externas, sobretudo da comunicação social. O que não será difícil reconhecer, para quem tenha experiência neste campo.

As negociações de Luena tiveram duas características que as singularizam, susceptíveis de lhes conferir particular credibilidade e garantia quanto à determinação de ambas as partes em lhes dar cumprimento: foram conduzidas exclusivamente entre angolanos e decorreram entre os comandantes operacionais das forças militares dos dois lados, que assim viram reflectidos no acordo as principais preocupações e anseios que, em seu nome e dos homens que comandavam, levaram a Luena.

Estes aspectos, que não devem ser subestimados, contribuíram de forma determinante para o ambiente de confiança e para a firme convicção que se denota em todos os quadrantes da sociedade angolana, dos chefes militares aos dirigentes políticos, dos partidos envolvidos a todos os outros, das igrejas à sociedade civil, de que desta vez a paz veio para ficar. E é falacioso o argumento que alguns avançam, para ensombrar este acordo, de que ele não respeitou o Protocolo de Lusaca, evocado por ambas as partes como referência, por ter sido negociado sem a mediação das NU. O argumento reflectirá a insegurança dos que se reviam na situação de guerra em que Angola vivia. O papel da comunidade internacional e em concreto das NU e da tróica, neste como em qualquer processo de paz, não é o de controlar ou conduzir as partes, mas de as apoiar na procura de soluções pacíficas e consensuais. Se é possível que os beligerantes encontrem, por si próprios, as soluções adequadas para fazer progredir a paz, a comunidade internacional só deve regozijar-se e conceder-lhes o seu apoio, pois é muito mais sólido um acordo alcançado pelas próprias partes em conflito do que a adesão, por compromisso aceite por falta de melhor alternativa, a uma solução gizada ou imposta por terceiros.

Nos meios diplomáticos, alguns interrogam-se ainda sobre se desta vez a paz é mesmo irreversível. É uma pergunta para a qual ninguém pode ter resposta definitiva. Num país com fortes carências sociais, um enorme

número de deslocados, um cortejo infindável de órfãos e deficientes provocados pela guerra, com as assimetrias típicas do estágio de desenvolvimento económico em que se encontra, não faltarão causas susceptíveis de gerar tensões e violência.

Não é, contudo, tentando adivinhar o futuro que se deve encarar a actual conjuntura em Angola. Antes procurando no passado os ensinamentos que se revelam úteis para aproveitar, da melhor forma, a oportunidade, que o acordo de 4 de Abril veio proporcionar, de lançar, em bases mais sólidas, a grande tarefa de construção da paz. E há que reconhecer que concorrem nesta ocasião factores mais favoráveis para que a paz perdure do que, provavelmente, em qualquer momento do passado.

Se dizer que a paz é irreversível pode remeter para o domínio da futurologia, parece-me pelo contrário poder afirmar-se, com considerável grau de certeza, que esta guerra acabou.

Em primeiro lugar, porque, como os principais intervenientes reconheceram eles próprios no último ano, esta era uma guerra absurda, sem sentido e sem objecto. A normalidade em que viviam em Luanda, quer os elementos da UNITA, quer os de outros partidos ou facções políticas, a abertura política a que o regime procedeu, sobretudo nos últimos anos, quer no plano político quer no da comunicação social, o espaço dado à sociedade civil para se organizar e afirmar, mostraram que não havia razão para se recorrer às armas por uma luta que era possível travar no plano político. O único resultado da guerra era o de prolongar o sofrimento, cada vez mais gratuito e insuportável, do povo angolano. O próprio Savimbi tê-lo-á reconhecido quando, segundo afirmam os seus sucessores, decidiu, nos últimos tempos da sua vida, enveredar pela via do diálogo. O Presidente José Eduardo dos Santos já há muito o vinha reconhecendo, pelas propostas de diálogo que foi reiterando, infelizmente sem resposta a tempo de evitar o desfecho conhecido, e pela referida abertura a que procedeu, sem abdicar do direito soberano de defender a segurança do Estado angolano, criando, ou reforçando, as condições para que os elementos da UNITA que permaneciam na luta armada sentissem confiança na possibilidade de abandonar as armas e regressar à convivência política.

Por outro lado, os desenvolvimentos ocorridos no plano externo e interno nos últimos anos terão ajudado a tornar menos rígida a posição das partes. Depois, porque é visível que a população está exausta da guerra. A guerra já não mobilizava ninguém, nem num sentido nem noutro. Todos tinham percebido que nenhuma vantagem dela podiam esperar. Pelo contrário, era a guerra que impedia o progresso social, o medo que obrigava as populações a refugiarem-se em torno das grandes cidades, e as impedia de circular pelas estradas de Angola, que matava a agricultura e o comércio, reduzindo uma porção substancial da população angolana ao nível da sobrevivência, ou mesmo da dependência da ajuda internacional, inaceitável num país cuja riqueza dá para alimentar largamente a sua população, escassa em relação à extensão e fertilidade do território.

É também visível que os dirigentes políticos e os comandantes militares estão hoje conscientes de que a guerra não resolverá, só agravará, os problemas com que Angola se defronta. Tudo determina pois, quer por parte dos dirigentes políticos e militares quer de toda a sociedade angolana, uma firme vontade de pôr cobro às hostilidades e de consolidar a paz e a estabilidade, conferindo aos Angolanos a possibilidade de usufruir da prosperidade que a enorme riqueza em recursos naturais do seu país lhes pode conferir.

Esta guerra acabou pois. É agora de esperar que este estado de coisas se projecte para o futuro e que, além de ter determinado o fim da guerra que assolou este país desde a independência, faça com que também a paz agora conseguida seja irreversível.

São muitas, entre os observadores estrangeiros, as vozes que se levantam para recordar a fragilidade de anteriores acordos, ou as condições sociais e as feridas da guerra que podem desencadear novo ciclo de violências. Mas as circunstâncias, quer internas quer internacionais, alteraram-se radicalmente em relação às que no passado permitiram o retorno à luta armada e não se vê que persistam hoje em Angola condições susceptíveis de levar ao reinício de uma guerra de contornos políticos.

Em contrapartida, são múltiplos os sinais que apontam para que a paz possa durar e trazer ao povo angolano a normalidade e a estabilidade.

Sobressai entre eles o sentido de Estado com que o Presidente da República vem conduzindo o processo de paz. E tal não se refere apenas ao período que se seguiu ao desaparecimento de Savimbi. Repete-se que a abertura política a que o Governo paulatinamente foi procedendo nos últimos anos, o maior respeito pela liberdade de expressão, o espaço crescente concedido à sociedade civil e, em particular, às igrejas, a afirmação do exercício da independência dos tribunais, a consolidação e habituação a um clima de tolerância e convivência contribuíram sobremaneira para criar, quando as condições o proporcionaram, um clima propício a que os elementos da UNITA que prosseguiam a guerra tivessem confiança em que a sua reintegração na via exclusivamente política se poderia fazer sem represálias e na normalidade.

Quando o desenvolvimento das actividades militares teve o desfecho conhecido do desaparecimento de Savimbi, o Presidente soube evitar que tal pusesse em causa as condições de diálogo que entretanto se tinham criado. O comunicado do Governo de 22 de Fevereiro é de uma correcção exemplar, no respeito pela situação dos adversários políticos, na moderação quanto à acção das Forças Armadas, na abertura à tolerância e à reconciliação. As primeiras palavras que o Presidente José Eduardo dos Santos proferiu em Lisboa, sobre o acontecimento, foram mesmo além do mero sentido de Estado que até aí já tinha revelado: assumiram, até pela introdução de palavras normalmente afastadas do léxico dos políticos, uma dimensão humana que não pode deixar de ter tocado todos os Angolanos. O Presidente esteve bem à altura do momento talvez mais crucial de todo o seu mandato e assumiu-se plenamente como o Presidente de todos os Angolanos. Impediu qualquer explosão triunfalista, ou sentimento de derrota, que aprofundasse as clivagens que dividiram os Angolanos. Pelo contrário, na expressão feliz que utilizou, frisou que os derrotados com a guerra tinham sido todos os Angolanos que com ela sofreram e a paz era também uma vitória de todo o povo.

Na mesma linha se inseriu o plano de paz apresentado pelo Governo angolano a 13 de Março e que anunciava, num pano de fundo mais amplo e claramente voltado para o regresso à normalidade, os objectivos

fundamentais do *Memorando de Entendimento* que consagrou o cessar-fogo: agrupar, desmobilizar e reintegrar socialmente os militares provenientes das forças da UNITA.

É evidente que falta agora passar à prática e tudo fazer para que o processo não descarrile, mas o mérito dos Angolanos em terem, contra todas as expectativas e prognósticos da comunidade internacional, conseguido calar as armas é já um facto indesmentível e muito promissor.

Também a liderança da UNITA que emergiu após o 22 de Fevereiro soube ocupar correctamente e com a legitimidade que os acontecimentos lhe conferiram o espaço de diálogo que se abriu. Fez uma apreciação correcta da conjuntura e da oportunidade única para conseguir a paz que todos os elementos referidos haviam criado, soube desempenhar sem tergiversações o seu papel no processo, negociando livremente a solução política que o momento exigia, adaptando-se à complexa peculiaridade que decorria do Protocolo de Lusaca a partir de 1998: a necessidade de negociar, como uma parte igual, com um Governo, internacionalmente reconhecido como o legítimo Governo de Angola, onde a UNITA estava representada.

Nesse contexto, o acordo de 4 de Abril constitui uma invulgar prova de argúcia e maturidade política de ambos os lados, na criação e aceitação, com naturalidade, da única solução capaz de quebrar a quadratura do círculo, em que a conjugação dos acordos anteriores e a evolução dos acontecimentos pareciam ter envolvido a realidade de Angola: a UNITA surge nas negociações, como parte igual ao Governo, naquilo que é necessário para cessar as hostilidades e proceder ao desarmamento, desmobilização e integração dos seus efectivos e simultaneamente reconhece a autoridade e legitimidade das instituições do Estado angolano, designadamente o Governo, e aceita a integração das suas Forças Militares nas Forças Armadas Angolanas.

Exemplo desse pragmatismo é a criação da Comissão Militar Mista, onde generais originários da UNITA, entretanto integrados nas FAA, continuam, na vigência daquele órgão, a agir como representantes da UNITA, em pé de igualdade com os representantes do Governo.

Para isso contribuiu, não é de mais repeti-lo, a sabedoria, pelo lado do Governo, em criar uma atmosfera democrática, através da aceitação normal, na vida política do país, dos elementos da UNITA que a partir de 1998 não aderiram à via armada e, pelo lado da UNITA, em manter uma UNITA «legal», inserida nesse processo.

Outro factor poderá contribuir positivamente para o desenvolvimento imediato do processo. Angola vive, como é bem sabido, uma situação de emergência humanitária, com milhões de deslocados e centenas de milhares de pessoas em estado de carência total, dependentes da ajuda humanitária. Essa é, naturalmente, uma potencial ameaça à estabilidade. Contudo, o facto de essa situação já se verificar antes do cessar-fogo e de ter aumentado a consciência internacional da gravidade da situação faz com que a paz surja num momento em que se estavam a mobilizar esforços, por parte da comunidade internacional e do Governo, no sentido de procurar acudir de forma mais coordenada e eficaz à grave crise humanitária. Agora que o fim das hostilidades facilita o acesso da ajuda às populações em situação mais trágica, é de esperar que a comunidade internacional seja capaz de estabelecer uma estratégia clara das prioridades e uma divisão eficaz de funções, para evitar desperdícios e lacunas e fazer chegar a ajuda onde ela é mais precisa. Ao mesmo tempo caber-lhe-á assistir o Governo num plano operacional e célere de reassentamento das populações, que lhes facultem o rápido regresso à auto-subsistência, que as condições naturais do país favorecem.

O fim da guerra permite também ao Governo destinar mais fundos a medidas sociais, para o que vem proclamando disponibilidade e determinação. A comunidade internacional responderá certamente ao apelo feito para acudir à crise humanitária que Angola atravessa, ciente de que essa acção é fulcral para a evolução da situação do país. A efectiva execução pelo Governo das medidas que já anunciou neste domínio encorajará por certo a solidariedade internacional.

A enorme riqueza em recursos naturais de que Angola usufrui constitui outro factor que augura positivamente o seu futuro. A uma densidade demográfica moderada, Angola associa a abundância de água, uma enorme

extensão em terras férteis e uma diversificada riqueza mineral. A isto acresce a existência de infra-estruturas, certamente danificadas pela guerra, mas a cuja restauração o Governo meteu já ombros. O simples retomar da circulação de pessoas e bens pelo país, que já se anunciou e começará a revelar os primeiros benefícios, poderá por si só ajudar a criar condições para ir atenuando os enormes problemas humanitários que o país enfrenta, promovendo o regresso das populações a zonas onde possam cultivar a terra e incentivar o comércio.

O facto de, em simultâneo, estarem a decorrer negociações entre o Governo e o FMI para um «programa monitorado» que estabeleça metas destinadas a abrir caminho a acordos mais ambiciosos, vem potenciar ainda mais as possibilidades de desenvolvimento. A conclusão satisfatória das negociações com o FMI poderá constituir o «selo de garantia» da integração das finanças angolanas na norma da economia global. Tal seria um factor decisivo para criar não só condições mais favoráveis para o recurso ao crédito internacional, essencial à reconstrução nacional, como para tornar Angola num pólo de atracção do investimento internacional.

Angola em paz poderá rapidamente tornar-se num dos mais equilibrados e prósperos países de toda a África subsariana e exercer uma influência determinante na estabilidade da região. Constituirá uma forte afirmação da lusofonia e dos elos culturais dos que a partilham, assim reforçando a sua identidade nacional, mais-valia de acrescido significado face à globalização crescente da economia e da sociedade em geral.

Por tudo isso, e também porque poderá constituir um espaço privilegiado para a internacionalização da economia portuguesa, continuará a ocupar um lugar prioritário no plano da nossa política externa, sendo de prever que as relações entre os dois países, baseadas no respeito pela igualdade entre Estados soberanos, conheçam, em todos os planos, um considerável impulso, capaz de projectar no futuro, em benefício mútuo e em plena reciprocidade, os laços históricos que os dois povos partilham.